

MATERIAES

PARA O ESTUDO DAS ANTIGUIDADES PORTUGUESAS
PUBLICADO SOB A DIRECÇÃO
DO MUSEU DE FRANCISCO TAVARES PROENÇA JÚNIOR

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUEOLOGIA:
CEM ANOS DE INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA
NO INTERIOR CENTRO
CASTELO BRANCO 2008

SUMMARIO

| | |
|---|-------|
| Directora do Museu – Aida Rechená | pag 5 |
| Sociedade dos Amigos MFTPJ – Celeste Capelo | “ 7 |
| Coordenador Científico – Luiz Oosterbeek | “ 11 |
| Comunicações | “ 15 |

DA IDADE DO BRONZE À ROMANIZAÇÃO NO CENTRO INTERIOR: ESPAÇOS, TERRITÓRIOS E SOCIEDADES

Raquel Vilaça*

Resumo

A autora começa por fazer uma breve introdução na qual se expõem os porquês deste texto. Seguidamente, e tomando como mote determinados marcos emblemáticos da investigação do Bronze ao Romano, passada e em curso, desenvolvida no Centro Interior, são partilhadas algumas reflexões sobre a forma como as sociedades dos II e I milénios a. C. se expressaram no seu relacionamento com os espaços. Concretamente, aborda-se o caso do Monte de S. Martinho (Castelo Branco), das estelas e estátuas-menires deste sítio e de outras do Interior Beirão, enfatizando-se fenómenos de sobrevivências e de continuidades culturais. Discute-se ainda o caso de Baiões (S. Pedro do Sul) como exemplo de um modelo de captação de variados bens de excepção, de âmbito mediterrâneo, setentrional e atlântico, mas sublinhando-se agora a curta duração. Finalmente, e retomando algumas das

* Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
CEAUCP - Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e
Porto. E-mail: rvilaca@fl.uc.pt

ideias publicadas em 2005 pela autora, apontam-se outros elementos, desde cerâmicas a representações zoomórficas, que evocam, de novo, uma multiplicidade de influências e de contactos exógenos perceptíveis ao longo daqueles períodos.

Palavras-chave: Interior Beirão; Estelas/Estátuas-menires; Atlântico/Mediterrâneo.

Abstract:

The author starts by making a brief introduction explaining the reasons of the present text. Then, taking certain benchmarks of past and present Bronze to Roman research for reference, in the interior of Central Portugal, are discussed the expressions of the relations between II and I millennia societies with the spaces. The case of Monte de S. Martinho (Castelo Branco) is specifically argued, including the stelae and statue-stelae from this site and beyond, stressing phenomena of cultural survivals and continuities. The case of Baiões (S. Pedro do Sul) is also discussed, as an example of a model of catchment of various exceptional goods, within the Mediterranean, Northern and Atlantic scopes, but underlying the short duration. Finally, and revisiting some ideas published by the author in 2005, other elements are pointed out, from ceramics to zoomorphic representations, once again remembering the multiple influences and exogenous perceivable contacts along those periods.

Key-words: Inner Beira – Stelae/Statue-stelae – Atlantic/Mediterranean

1. Introdução

Agradecendo aos organizadores do Congresso comemorativo dos “Cem anos de investigação arqueológica

no Interior Centro” não só o convite para nele participar, como o próprio título sugerido para a nossa comunicação — “Da Idade do Bronze à Romanização no Centro Interior” —, a que acrescentámos, “espaços, territórios e sociedades”, começaremos por expor os porquês das escolhas reunidas neste texto.

Por detrás de um tão extenso título, ele próprio relativo a uma vasta região e abrangendo um período de tempo de quase dois mil anos, encontra-se, evidentemente, copiosa informação, com a qual muitas histórias, com começo, meio e fim, poderiam ser contadas. Porém, não iremos fixar-nos em nenhuma delas, antes partilhar algumas reflexões que constituem apenas uma imagem muito parcial das ricas e interessantes problemáticas que lhes assistem.

A primeira dificuldade com que nos confrontámos quando começámos a preparar este texto prendeu-se com a delimitação da área que nos tinha sido proposta: o “Centro Interior”. Se a linha oriental é indubitavelmente traçada pela fronteira política, se os limites setentrional e meridional podem ser tomados, respectivamente, pelo Douro e pelo Tejo, já a Ocidente é bem mais difícil saber até onde ir, ou onde parar. Claro que o Centro Interior opõe-se ao Centro Litoral, mas este também possui contornos difusos a Oriente. Na dúvida, optámos por seguir nesse traçado a proposta adoptada no recente livrinho sobre o “Interior Centro”, coordenado por António Carlos Valera, o qual inclui boa parte da Beira Interior e a Beira Alta, aliás, sobretudo a Beira Alta (Valera, 2006).

Depois, tendo em conta o espaço disponível, tivemos de nos conformar com a absoluta necessidade de sermos drasticamente selectivos quanto às possibilidades que se nos apresentavam.

Abordar os assuntos, região a região, das muitas que o Centro Interior agrega, sublinhando as particularidades de cada uma — porque elas existem —, ao nível dos sítios e respectiva organização interna, das estratégias de

e das necrópoles, das cronologias e dos materiais, teria sido um dos caminhos. Porém, optámos por valorizar determinados aspectos que lhes são transversais, no tempo e no espaço.

Por outro lado, tendo presente o objectivo do Congresso a que estas actas respeitam, talvez fosse ainda apropriado apresentarmos a história da investigação do Bronze ao Romano desenvolvida nos últimos cem anos naquela região. Mas também não foi esse o caminho seguido.

Iremos antes recordar alguns dos muitos e diversos marcos emblemáticos — e problemáticas conexas — que assinalaram, e assinalarão, a investigação do Bronze e do Ferro do Centro Interior, nomeadamente na forma como as sociedades dos II e I milénios a. C. se expressaram no seu relacionamento com os espaços, as paisagens e com os “Outros”. Tais reflexões inserem-se numa linha de valorização de elementos evocativos das múltiplas e diversificadas influências que, do nosso ponto de vista, expressaram um processo cultural de centrifugação e de longa duração, com origens remotas no tempo (Vilaça, 2000 a; 2005a).

Qualquer um de nós diria (dirá) que os dados relativos às Beiras Interior e Central são ainda insuficientes — sê-lo-ão sempre —, que há regiões praticamente omissas de dados — porque não, um dia, uma abordagem aos “vazios” do povoamento destas regiões? —, que é preciso prospectar e escavar muito mais — o que não podia ser mais verdadeiro. Mas é igualmente certo que esta metade interior do território português tem merecido justificado interesse da parte de múltiplos investigadores, cujo trabalho não só permite definir determinadas linhas de traçado minimamente seguro caracterizadoras das sociedades do Bronze e do Ferro, como tem revelado quase sempre importantes e não menos surpreendentes contribuições.

O nosso papel aqui é, de alguma forma também, o de sermos porta-voz do labor, passado e presente, de alguns desses contributos. Fazemo-lo na qualidade de uma dos

muitos investigadores que se interessa pela arqueologia pré e proto-histórica da região e com plena consciência do benefício que temos colhido dos contactos, informações e leituras do trabalho desses outros colegas. Por conseguinte, analisaremos dados que assinalam, retrospectivamente, essa investigação, mas também comentaremos outros que, neste momento, não podem ser mais do que “flashes” da investigação em curso.

2. São Martinho, estelas e estátuas-menires

Como referimos, socorremo-nos de determinados marcos emblemáticos da investigação desenvolvida para convosco partilhar algumas reflexões sobre as sociedades dos II e I milénios a. C.

Entre esses marcos e no presente contexto, não poderíamos começar de outra forma que não fosse referindo-nos à emblemática estação — no espaço e na historiografia — do Monte de S. Martinho (Castelo Branco). Dada a conhecer, em 1903, pelo patrono do Museu que acolheu o Congresso supracitado quando aí iniciou escavações, ela constituirá mote para alguns comentários sobre estelas e estátuas-menires.

Embora não se limite a eles — tem fosso e muralha, lareiras e cerâmicas várias, bronzes exóticos mas também outros banais, nele se produziu o bronze e certamente outras coisas mais —, sem dúvida que o sítio fez nome mercê dos três monólitos, hoje vulgarmente conhecidos como “estelas” de S. Martinho, mas tratando-se, em rigor, de duas “estátuas-menires” e de um menir fálico, como foi há muito sublinhado.

No topo do monte, Francisco Tavares Proença identifica dois deles, um à superfície do solo, o outro a 60 cm de profundidade, deitados horizontalmente. Tratava-se do achado de dois daqueles monólitos cuja rápida divulgação, concretamente em 1905, no *Congrès Préhistorique de France* (Périgueux), tornariam célebre a estação (Proença, 1903a;

1903b; 1905a; 1905b). O terceiro terá sido encontrado mais tarde, não se sabendo bem quando, nem em que circunstâncias, mas não muito tempo após o achado dos primeiros, uma vez que Tavares Proença o refere na sua *Archeologia do Districto de Castello Branco* (Proença, 1910: 5), cujo ano de publicação é o mesmo de fotografia, de sua autoria, em que os três figuram conjuntamente. Todavia, manteve-se inédito durante algumas décadas até à sua publicação por Almagro Basch (1966: 39-40).

Em finais da década de setenta do século passado e no que consideramos ser um dos mais importantes trabalhos que então se escreveram no nosso país e ainda hoje referência a todos quantos se debruçam sobre o assunto, as “estelas” de S. Martinho são criteriosamente estudadas e valorizadas por Mário Varela Gomes e Jorge Pinho Monteiro (1976-77).

Recentemente, o “monumento 1” mereceu original reinterpretação num não menos ousado trabalho de Jorge de Alarcão, no qual a figura central representaria uma divindade — Oipaingia —, cujos braços (e não armas como tem sido proposto), pendentes, protegiam os dois pequenos personagens, de guerreiros que ladeiam aquela (Fig. 1) (Alarcão, 2001: 333-334). Talvez um dia, até pelos recentes revolvimentos de terras a que a estação tem estado a ser sujeita, apareça o fragmento em falta deste e do monumento seguinte.

Também o “monumento 3”, de leitura particularmente difícil, truncado, com picotados de distinta profundidade¹, e até — perguntamo-nos — talvez nunca concluído, foi recentemente reanalisado. Dele conhecemos três decalques (Almagro Basch, 1966: 40; Gomes e Monteiro, 1976-77: 318 e fig. 8-1-E; Celestino Pérez, 2001: 361) com pormenores bastante distintos entre si, o que nos levou a fazer novo decalque (Fig. 2), ele próprio de traçado não absolutamente seguro, mas onde se vislumbra configuração sub-rectangular

1 Neste particular, a imagem que ora apresentamos corrige a publicada em Vilaça et al. 2004

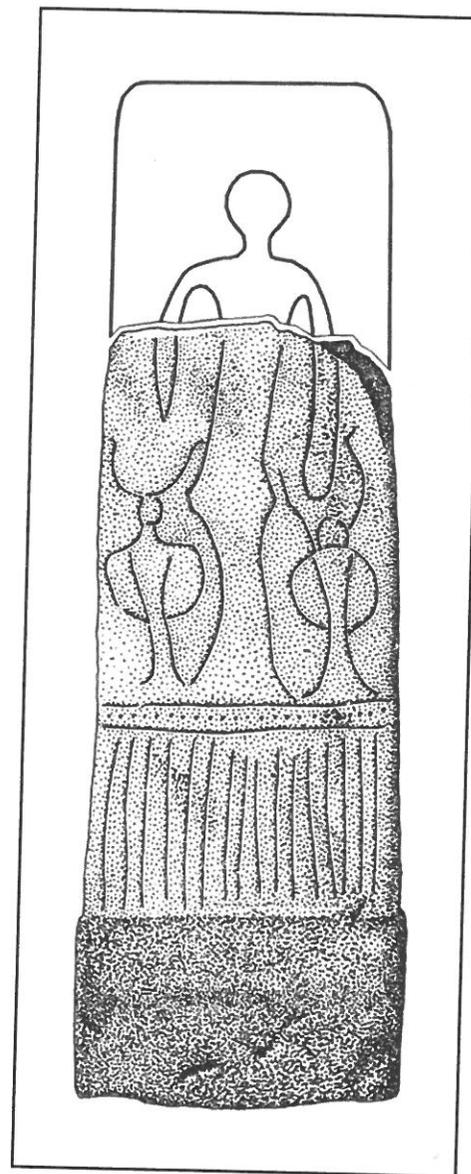


Fig. 1 — Estátua-menir de S. Martinho (seg. Alarcão, 2001)

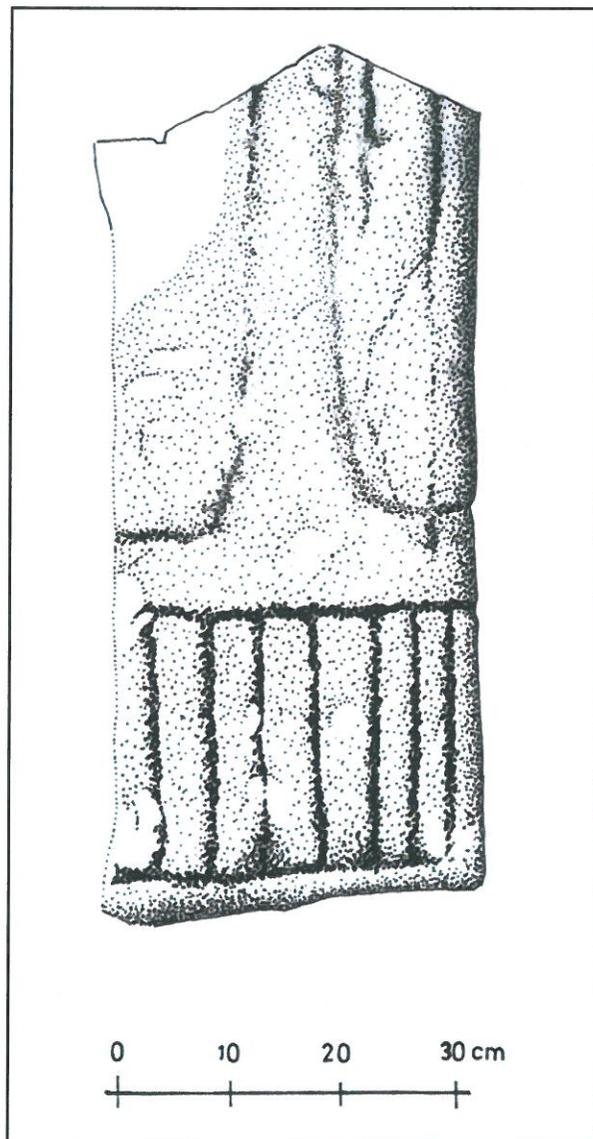


Fig. 2 — Estátua-menires de S. Martinho (seg. Vilaça et al., 2004)

vertical, de linhas algo arqueadas (Vilaça et al., 2004: 162 e 166). Trata-se de motivo também presente em S. Martinho 1 e em outras estelas e estátuas-menires, contemporâneas e anteriores, da Beira Alta, Meseta, Norte de Portugal e Galiza.

Não nos iremos referir com detalhe e de forma completa aos monumentos de S. Martinho, porque muitos outros o fizeram já, e bem, e porque nós próprios tivemos oportunidade recente de os analisar com pormenor no trabalho mencionado (Vilaça et al., 2004).

Embora com particularidades que os fazem únicos, isto é, “atípicos”, estes três monumentos exibem, tal como outros, diversos motivos figurativos que deverão evocar chefias personalizadas, cujo poder estaria relacionado com o acesso, uso e exibição de determinados bens de prestígio e/ou da sua simbologia, pela exploração de recursos vários, nomeadamente o metal, e pelo controlo de determinados territórios atravessados por rotas de comunicação.

Num outro trabalho lembrávamos também que aqueles motivos, gravados na pedra, e, por conseguinte, perenes, logo, atemporais, revelariam a faceta memorialista das comunidades que habitaram e/ou frequentaram o Monte de S. Martinho nos inícios do I milénio a. C. (Vilaça, 2000 a: 38; Vilaça, 2004: 60). Mas se a memória, concretamente a memória colectiva e social se expressa, e expressou, através da construção de monumentos e mensagens gravadas, onde, neste caso, determinadas “personagens surgem exaltadas ou heroicizadas”, conforme sublinhado por Varela Gomes a respeito de S. Martinho 2 (Gomes, 1995: 130), também é certo que essa memória pode incorporar outras “memórias passadas”, que são conservadas, através de reutilizações e/ou de transformações, que tanto podem passar por mera adaptação ou, pelo contrário, por mais convicta destruição.

A proto-estatuária beirã pode ser vista também sob este prisma, constituindo as estelas e estátuas-menires instrumentos de memória colectiva, particularmente importantes em

sociedades agrafas. Durante cerca de 1500 anos pontuaram territórios com características geográficas muito distintas. A tão longa diacronia corresponde, naturalmente, um fenómeno polimorfo e polissémico, de acordo com os contextos sociais subjacentes (Vilaça, 2005 b).

Em S. Martinho 1 conjugam-se elementos que, parecendo ser (e sendo) contemporâneos entre si porque dispostos numa relação analógica ditada pela superfície do campo operativo, não deixam de evocar distintas memórias e mesmo tempos eventualmente díspares.

Para além dos escudos e capacetes atribuíveis aos derradeiros momentos do Bronze Final e que lembram as figurinhas de guerreiros sardos, o cinturão, definido por duas linhas horizontais paralelas entre si, com vinte e três covinhas alinhadas e do qual pendem dezasseis linhas verticais, franjas de possível túnica, é atributo de raízes arcaicas, que nos remete para o grupo das “estelas” de Hurdes-Gata” (Cáceres), e outras (v.g. Granja de Toniñuelo, Badajoz e El Millarón, Cáceres), não obstante as óbvias diferenças de forma e dimensão dos suportes.

No Centro Interior, o cinturão, enquanto atributo de poder de individualidades que se afirmaram no domínio de territórios e/ou recursos por si controlados — campos de pasto e de cultivo, recursos mineiros e outros de elevado valor, como a água (para a agricultura e para o gado) — (Vilaça, 2005 b), está presente desde Moimenta da Beira e Tabuaço, no Alto da Escrita (Carvalho et al., 1999), Nave 1 e Nave 2 (Cruz, 2001: 173-175), à Guarda e Castelo Branco, com as estátuas-menir de A-de-Moura (Osório, 2000) e de S. Martinho. Todas estão aí para nos lembrar que as raízes desses marcos territoriais, quaisquer que tenham sido as suas funções específicas — e em alguns casos possivelmente cumulativas —, são longínquas no tempo, remontando decerto, as mais antigas, à 2.^a metade do III milénio a. C.

O menir fálico de S. Martinho (Fig. 3) conjuga igualmente memórias de tempos e comunidades distintas. Certamente

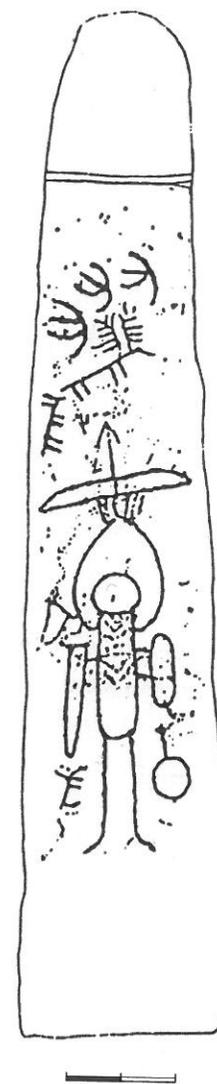


Fig. 3 — Menir de S. Martinho (seg. Gomes e Monteiro, 1976-77)

afeiçoado nos V-IV milénios a. C., foi reutilizado nos finais da Idade do Bronze, conforme cronologia de alguns dos elementos de prestígio aí representados na órbita do personagem central, que parece exibir tatuagens no peito. Como é sabido, tais elementos repetem-se em inúmeras outras estelas, mas ao contrário do que já se defendeu, alguns deles devem também, com toda a propriedade, ser considerados de forma realista e não só metafórica. Com efeito, múltiplas escavações do Centro do território português revelaram elementos que encontramos figurados, nomeadamente de timbre mediterrâneo (Vilaça, 2008): usaram-se fíbulas, manipularam-se pinças e navalhas de barba, pentes e até ponderais, que também surgirão nas estelas se assim interpretarmos, na linha de Sebastián Celestino, as “fossettes” presentes em algumas delas (Celestino Pérez, 2001: 181-185).

Continuando nas memórias que estes marcos capitalizaram, outros casos, como as estelas de Celorico, identificadas pela equipa de Sofia Melo Gomes², provenientes de um mesmo lugar, com “distintas biografias” — umas são gravadas, outras não — e talvez de cronologia diversa, poderão expressar não só essa mesma antiguidade do fenómeno, como a sobrevivência, num tempo longo, da memória de determinados lugares.

A alteração de estátuas-menires, estelas, etc., com o acrescento de novos elementos ou, pelo contrário, a rasura de outros, ou ainda o seu reaproveitamento em estruturas ou como suportes para inscrições de época posterior, constitui um dos mais interessantes problemas que as envolve.

A estátua-menir de A-de-Moura publicada, por Marcos Osório, poderá incluir-se neste fenómeno de “contra-memória”, uma vez que parece ter sofrido alterações mediante a rasura do que quer que tivesse existido entre as mãos do personagem:

2 Em curso de estudo pela autora (em colaboração), a apresentar no Colóquio “Estelas e Estátuas-menir: da Pré à Proto-história”, a realizar em Outubro de 2009.

símbolo fálico erecto (Osório, 2000: 233) ou arma (Bueno Ramirez et al., 2005: 609), tratar-se-á sempre da destruição da representação iconográfica de uma materialidade, de uma memória — estátua-menir masculina ou estátua-menir armada — não sendo de excluir uma intencional ambiguidade oferecida a quem se confrontasse com o monumento, já que a rasura, podendo tê-lo sido, não foi total e completa.

Nesta linha que perscruta a transformação de estelas, também a de Meimão (Penamacor) terá sido, na opinião de Harrison (2004: 192), regravada, com o objectivo de substituir a ponta de lança de origem por uma outra mais pequena. Mas a confirmar-se esta alteração, o seu significado é necessariamente de natureza distinta da que atribuímos ao exemplo anterior.

A enigmática estátua-menir de S. Martinho 1 tem a particularidade de reunir dois pequenos personagens opostos no interior de uma grande entidade antropomórfica — a que Jorge de Alarcão visualizou —, ou a que emana do próprio suporte, foi aspecto já sublinhado por Anati (ref. por Gomes e Monteiro, 1976-77: 321). Em idêntico sentido se pronunciou Almagro Gorbea (1977: 177) ao considerá-la uma estela dupla, contra o cunho fortemente individual que caracteriza a esmagadora maioria deste tipo de monumentos.

O campo de possibilidades interpretativas é amplo, sem que seja possível comprovar uma delas e aniquilar as outras. O facto de estarmos perante duas figuras de guerreiros, geminadas, poderá evocar igualmente, conforme já defendemos (Vilaça, 1995: 405; Vilaça et al., 2004: 160), a existência de lideranças duplas, com um poder político-ritual dual ou bicéfalo, que outras situações coevas também poderiam expressar, desde o duplo enterramento masculino da Roça do Casal do Meio (Sesimbra) às eventuais metáforas expressas por deposições metálicas de pares de artefactos como machados (v.g. Quinta da Comenda, Távora, Arcos de Valdevez) ou espadas (v.g. Safara, Moura).

Este mesmo fenómeno poderá assumir-se ainda em termos de hereditariedade e sob a fórmula dos casos em que encontramos, num mesmo lugar, duas ou mais estelas, como sucede em S. Martinho, mas também agora no Baraçal (Sabugal), para além de outras situações conhecidas em território espanhol.

A primeira estela de Baraçal, dada a conhecer por Fernando Curado foi encontrada junto ao ribeiro do Moinho Fernandes, afluente do Côa (Curado, 1984). Notável pela sua expressiva capacidade ameaçadora, vagamente antropomórfica, é porém dominada pela tríade escudo-espada-lança. A segunda, cujo estudo será publicado em breve³, é igualmente soberba pelos quase 2 m que atinge e nela se encontra figurado, junto às armas, e pela segunda vez na região, um espelho, neste caso de pega galonada⁴.

Aos exemplares sucintamente comentados ou de que foi feita mera referência, outros mais deverão ser convocados como testemunho, já não só da antiguidade do fenómeno no Centro Interior, mas como prova da sua continuidade temporal. O achado, entretanto ocorrido, da estátua-menir de Corgas (Fundão), exposta pelo Museu Municipal do Fundão, converge neste sentido.

Entre as estelas e estátuas-menir que recuam ao Calcolítico e as que fecham o ciclo em inícios do I milénio a. C., anunciando uma nova época em que as paisagens culturais do Centro Interior passarão a ser dominadas pelos povoados de altura, que também se fortificarão nas centúrias seguintes, interpõem-se as que, a partir de começos do II milénio, inauguraram uma nova época pautada pelas armas, mais intimidadoras e emblemáticas do que assassinas.

³ Ver nota anterior.

⁴ O achado da peça foi noticiado nas edições do “Público”, de 11 de Dezembro de 2006 e do “Jornal do Fundão”, de 14 de Dezembro de 2006 e, posteriormente, com fotografia, no jornal “Cinco Quinas”, n.º 76 de Julho de 2007, bem como

Referimo-nos à já bem conhecida estela de Longroiva (Meda), fortemente armada, com alabarda, punhal, arco e correias de suspensão, mas também à de Ataúdes (Figueira de Castelo Rodrigo) (Vilaça et al., 2001). Trata-se, neste caso, de uma estátua-menir gigante, com 2,96 m, gravada em ambas as faces que são dominadas por dois motivos centrais, colocados de forma oposta e simétrica: uma figura sub-rectangular simbolizando vestimenta cerimonial estilizada ou colar apotropaico e uma soberba espada com boldrié, embainhada, tal como a do Cerro dos Mouricos (Ourique). Incorporando elementos de timbre setentrional e meridional é, todavia, de outras congéneres da Meseta que mais se aproxima (Vilaça et al., 2001).

Em ambas — Longroiva e Ataúdes — destaca-se a presença de um novo tipo de armas — alabarda e espada — o que lhes conferia, evidentemente, um elevado valor simbólico, ainda mais num momento em que constituíam novidades. A história do II e I milénios a. C. do Centro Interior bem poderia ser contada através das suas armas, e, concretamente, sob a égide da espada, metálica ou gravada na pedra — das de Pinhal dos Melos (Fornos de Algodres) e Castelo Bom (Almeida), às de Vilar Maior (Sabugal) e Teixoso (Covilhã), chegando à da Tapada das Argolas (Fundão), mas essa história ficará para uma outra oportunidade.

Com tão longa diacronia, a proto-estatuária do Ocidente peninsular expressa, como já sublinhámos, um fenómeno polimorfo e polissémico, porque as sociedades transformaram-se ao longo do tempo. Em comum, todas evocam formas de poder cada vez mais personalizado, em que elementos apotropaicos, vestuário, armas, objectos ditos de toilette e a própria figura humana — implícita ou explicitamente representada — são “instrumentos” não só de afirmação e ostentação desse poder, mas também da sua manutenção e defesa. Quem o assume e exerce, transfigura-se — distanciando-se, assim, dos “outros” —, pela dimensão,

pelas vestes ou pela nudez do corpo possivelmente tatuado, pelas insígnias, pelas armas, pelos adereços. Ignorantes da palavra escrita, os “signos” inscritos seriam criteriosamente escolhidos porque significantes, altamente codificados e de percepção imediata por parte daqueles a quem eram dirigidos. Só assim seriam eficazes.

Estelas e estátuas-menires foram concebidas para serem vistas, de perto ou de longe, isto é, constituíram referências de qualquer coisa e/ou referências para alguém, quaisquer que tenham sido as geografias e topografias que se lhes associam. São assim, independentemente de funções particulares variáveis, sinais no espaço. E mesmo a sua função de marcadores do espaço e, por conseguinte, com a função básica de serem visíveis, foi necessariamente diversa. Atenda-se, por exemplo, à dimensão das estátuas-menires de Ataúdes (Figueira de Castelo Rodrigo), com 2,96 m (Vilaça et al., 2001), ou de Nave 2 (Moimenta da Beira), com 2,33 m (Cruz, 2001) e a de A-de-Moura, com 1,02 m (Osório, 2000). Ou entre aquelas, que seriam vistas de longe, porque também implantadas nas áreas planálticas e abertas da serra da Nave, e as de S. Martinho, cuja visibilidade, não obstante a sua dimensão, seria necessariamente de proximidade, uma vez que é a cenografia cónica do monte que detém a primazia visual, suplantando a das estátuas-menires e menir (Vilaça, 2005 b).

O universo das estelas e estátuas-menires que, ao longo de mais de quinze séculos protagonizaram um processo de marcação e apropriação de territórios no Centro Interior, conta hoje com dezasseis exemplares, o que nos obriga a olhar esta vasta região com olhos bem diferentes dos de um passado muito recente.

Os problemas que trouxeram a nível conceptual, não só interpretativo na temática e organização microtopográfica das gravuras, mas outros mais globalizantes, onde se evidencia uma continuidade temporal de ampla diacronia e onde é manifesta a transgressão de fronteiras estilísticas, até aqui assumidas

como certas e estáticas, merece que se conte, oportunamente, uma nova história das comunidades e paisagens arqueológicas do Interior Beirão, com novos figurantes, como o recém-identificado em Aldeia Velha (Sabugal)⁵, todos eles evocando memórias petrificadas.

3. Baiões, metais e outros mundos

Se pedirmos a alguém, português ou estrangeiro, que nos aponte um outro marco da investigação das Idades do Bronze e do Ferro no Centro interior, seria mais que provável ouvirmos pronunciar o nome de Baiões. Tal como o Monte de S. Martinho, o povoado da Sr.^a da Guia de Baiões é daqueles sítios de que muito se fala, justificadamente, e sempre se falará, mas que, na realidade, é bastante mal conhecido. Contudo, e como é bem sabido, são abundantes, e muito importantes, os materiais que tem vindo a fornecer, quer resultantes de achados casuísticos, antigos uns, outros bem recentes, quer de escavações cientificamente conduzidas. Neste último aspecto, e no espírito deste texto, não podemos deixar passar em silêncio os contributos de nomes como o do Cónego Celso Tavares da Silva e de Philine Kalb, que escavaram em Baiões (Kalb, 1978; Silva, 1979).

Baiões bem merecia ser escavado e prospectado de novo, não tanto pelos ricos, ímpares, soberbos ou enigmáticos materiais existentes, até porque, sendo em tão elevado o seu número, será legítimo pensar que outros assim não mais existirão no local, mas para tentar compreender melhor o que, realmente, significa tudo aquilo, o que terá ali acontecido, para além de se tratar de um lugar onde decorreram actividades relacionadas com a confecção de alimentos e se produziu o bronze. Por conhecer está também a forma como as suas

gentes se relacionariam com o território conexo e com as demais comunidades vizinhas que habitavam outros cabeços ao longo e nas margens do Vouga, então navegável, como refere Estrabão (III, 3,4), e que levava até ao Oceano.

Se a produção local do bronze parece estar confirmada, porque motivo havendo moldes, fabricos em série, objectos intactos, outros em curso de fabrico, outros ainda intencionalmente deformados, fundições falhadas ou reparadas, desperdícios de metal e pingos de fundição, mas não se encontram, por exemplo, os cadinhos relativos a todas essas actividades?

Se estas (e outras) actividades foram desenvolvidas pelos habitantes de Baiões, onde estão, como eram e se organizavam as cabanas que lhes davam abrigo? Seriam iguais a tantas outras, de planta subcircular, sapata de pedra, paredes e cobertura de troncos e argila, como as de outros povoados coevos da Beira Interior, da região de Viseu à de Castelo Branco?

Se sabemos que o peso dos vegetais era importante na dieta alimentar desta comunidade, conforme testemunham as sementes incarbonizadas de restos de trigo, cevada, fava e ervilha (Silva, 1979), qual seria a cobertura vegetal e ambiental que a informação polínica poderia revelar?

Se a ocupação do Bronze Final está plenamente confirmada e datada, nomeadamente por datas de C¹⁴ (Vilaça, 2007: 144; 2008: 394), o que fazer das cerâmicas estampilhadas existentes, que não se reduzem a meia dúzia de fragmentos?

Se são múltiplos os testemunhos existentes em Baiões comprovativos da sua abertura ao mundo de então, desde o mais oriental — aspecto este que, antes de todos nós, foi justamente reconhecido por Almagro Gorbea em distintas ocasiões —, e que se evidencia, por exemplo, no peculiar estilo entrançado dos suportes, também presente numa enigmática peça de S. Martinho, e se o mundo mais setentrional se fez sentir, conforme demonstraram as análises a contas de colar de âmbar de origem báltica (Vilaça et al., 2002), como

estariam organizados esses circuitos de trocas? Haveria alguns encarregados dessa missão que percorressem grandes distâncias andando de terra em terra? Ou, pelo contrário, a circulação fluía através de contactos estabelecidos quase de mão em mão, entre povoados amigos e articulados em rede?

Se a concentração e peso de metal acumulado é indesmentível — 398 registos entre artefactos, sucata e restos de fundição, perfazendo 17.861,28 kg (Senna-Martinez e Pedro, 2000: apêndice I) —, qual terá sido a natureza dos recursos para o seu fabrico? Matéria-prima de minas próximas e de outras terras ocidentais, ou sucata também, nomeadamente importada do Mediterrâneo? E se era importada sucata do Mediterrâneo, porquê fazê-lo se o cobre e o estanho estavam tão mais perto? E como explicar a presença, num suposto contexto de sucata de um conjunto de taças de matriz oriental, mas com distintos estados de conservação, ou seja, com distintas “biografias”, nomeadamente uma taça que foi reparada mediante rebitagem (Fig. 4)? Certamente não se restaurava sucata para depois ser reciclada. Como explicar a presença de um gancho ou fúrcula completo e ainda por cima conservando restos de madeira numa das partes da haste? Também se encabava sucata? Se alguns dos bronzes de Baiões são sucata, então, taças, suportes, fúrcula, espeto e caldeirões constituem, necessariamente um “kit ritual de sucata”. Parece-nos credível que estes metais foram mais do que simples mercadoria reduzida ao seu peso e volume. Baiões é muito mais que um contexto de produção do bronze e de sucata, mesmo que lhe atribuamos um estatuto fora de série pelo volume e quantidade de metal manipulado.

4. Uma “Beira beirã”

Podemos dizer que o Centro Interior agrega várias Beiras — “Beira mesetenha”, “Beira atlântica”, “Beira extremeña”, “Beira meridional”, “Beira mediterrânea” —, já não agora



Fig. 4 — Taças de Baiões (Fot. de Alicia Perea)

só em sentido estritamente geográfico, mas como região de transgressões culturais, onde convergiram e se cruzaram correntes de interação multi-transversais, originando um processo cultural de centrifugação e de longa duração.

Colocando o problema desta forma, cabe perguntar onde está, se é que existiu, certamente sim, a “Beira beirã”. Em todas aquelas, naturalmente, uma vez que é essa “Beira beirã” que confere alguma coesão à diversidade de expressões culturais que se materializaram, não em regiões culturalmente estanques com módulos justapostos, mas de forma ténue, diluída e ramificada, interpenetrando-se, se bem que com intensidades e pesos distintos consoante as regiões e o tempo em análise.

Importa ainda sublinhar que o fenómeno, com raízes profundas no tempo (Vilaça, 2000 b), não foi necessária nem provavelmente contínuo — e sabemos bem que não é só a maior ou menor visibilidade das evidências arqueológicas a ditar continuidades ou descontinuidades —, nem, tão-pouco, se expressou com idêntica intensidade em todos os momentos e lugares.

Esta forma de encarar os dados é sobretudo válida, na nossa perspectiva, para o mundo beirão mais interior, conforme já tivemos oportunidade de defender em síntese sobre o povoamento pré e proto-histórico do Centro-sul da Beira Interior, e na qual chamámos a atenção para a hibridez cultural das manifestações calcolíticas e do Bronze Final dessa região, particularmente notórias no registo ceramológico, mas que o ultrapassa (Vilaça, 2000b).

E no colóquio dedicado aos Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia, voltámos a focar o assunto, sistematizando e aprofundando então essa questão do “diálogo transcultural” de entre Douro e Tejo nos finais da Idade do Bronze e inícios da Idade do Ferro e que se prolongou pelo I milénio a. C. (Vilaça, 2005 a). Culturalmente multifacetada, esta região — atlântica mas não litoral, com obstáculos

físicos mas também possuidora de corredores de ligação inter-regional —, centrifugou, das muitas e diversificadas “periferias”, e ao longo do tempo, elementos díspares, mas sempre em número reduzido, que a enformaram, impedindo a criação de fronteiras muito precisas.

Retomando a imagem das várias “Beiras”, os testemunhos evocativos dessa permeabilidade cultural são sempre de carácter residual.

Uma “Beira atlântica” é aquela que encontramos em inúmeros artefactos de bronze e de ouro, sendo certo que muitos — a esmagadora maioria — serão produções locais. É sintomático que aos três moldes do Bronze Final referenciados por Coffyn (1985: 232) para o território português — Castro Daire, Casal de Rocanes e Coroa do Frade — hoje seja possível elevar o número para várias dezenas, com indiscutível concentração no Centro interior. Essa “Beira atlântica”, que se confunde com a “Beira beirã”, é ainda a que se encontra disseminada pelas regiões da Guarda, Celorico, Seia, Sabugal e Idanha-a-Nova, através das características cerâmicas de “tipo Baiões”.

Já a “Beira mediterrânea” expressa-se não só, mas nomeadamente, através de artefactos metálicos, como fíbulas, pinças, lâminas de ferro ou outros de carácter mais bizarro, arautos de tempos vindouros ainda mal conhecidos no Centro Interior, de que a Cachouça constitui supremo exemplo com cerâmicas a torno cinzentas finas, vidros, elementos zoomórficos coroplásticos, maior quantidade e novos tipos de artefactos em ferro (Vilaça, 2008).

A “Beira andaluza” evoca as raras cerâmicas pintadas de “tipo Carambolo” de inícios do I milénio a. C., que encontramos a sul da Cordilheira Central, desde os contrafortes da Gardunha à plataforma de Castelo Branco. A ela poderão ainda pertencer os primeiros grafitos da região, identificados nos Alegrios (Fig. 5) (Vilaça, 1995: 176, 291 e Est. CLXII; 2008: 395), e outros bem mais tardios, já “ibéricos” e “celtibéricos”.



Fig. 5 — Fragmento cerâmico com grafitos dos Alegrios (seg. Vilaça, 2008)

À “Beira extremeña” podemos adscrever as estelas ditas “extremeñas”, de que já tratámos e a que se juntam ainda as de Fóios (Sabugal) e Meimão (Penamacor), próprias desse mundo, mas, afinal, cada vez mais beirãs. Não sendo este o local para o desenvolver, porque é trabalho em curso, gostaríamos de deixar bem expresso que o suposto carácter periférico do mundo beirão no que respeita estelas e estátuas-menires faz cada vez menos sentido — a ciência é assim mesmo: as certezas de ontem tornam-se inverdades amanhã. E certamente que fará sentido falar um dia da Extremadura e Meseta “beirãs”.

A “Beira mesetenha”, naturalmente mais expressiva na “Raia” e Riba-Côa, manifesta-se, primeiro, pelas características cerâmicas de Cogeces e de “âmbito Cogotas”, presentes desde Foz Côa a terras de Idanha e de Penamacor, e depois, nas cerâmicas com decorações “a peine” ou “peinadas” inspiradas nas suas congêneres da Idade do Ferro da Meseta (Vilaça, 2005 a).

A partir de meados do milénio no Centro interior, mais

propriamente na região de Gouveia, fazem-se sentir ecos do mundo ibérico ou turdetano, seja ainda nas cerâmicas de pastas claras pintadas do Sabugal Velho (Osório, 2005: 44) e, eventualmente também, as de Idanha-a-Velha (Vilaça, 2005 a: 19), seja na torêutica. Neste caso, as comunidades deviam cultuar o cavalo, conforme expressam os dois bronzes provenientes do Crastro Velho ou Crasto de Baixo (Gouveia)⁶ e o de Moimenta da Serra (Gouveia)⁷ (Fig. 6) (Alarcão, 1993; Gomes, 1997). Na inexistência de quaisquer informações contextuais de achado para ambos, não é despiciendo a hipótese de poderem ser provenientes do mesmo sítio, pois apenas cerca de 3 Km separam o Crastro Velho de Moimenta da Serra, onde poderá ter existido algum santuário que aqueles serviram como ex-votos.

A simbologia do cavalo manifesta-se ainda noutros tipos de suporte, como as expressivas fíbulas de cavaleiro que se identificam já não com o mundo ibérico, como as estatuetas, mas com o mundo de cariz céltico peninsular de finais do séc. IV a inícios do I a. C., como múltiplos autores têm defendido (Almagro Gorbea e Torres Ortiz, 1999). Tal é o caso da fíbula de cavaleiro, sem ginete, proveniente do povoado da Tapada das Argolas (Fundão). Essa peça faz parte de um lote mais vasto de materiais metálicos, oportunamente publicados, mas de que não se conhecem as condições precisas de achado (Vilaça et al., 2002-2003). Porém, é tentador associa-la à espada e às placas de cinturão pertencentes ao mesmo conjunto, que poderá mesmo constituir espólio de uma sepultura de necrópole da periferia do povoado. A espada revela afinidades com as de “tipo La Tène”, igualmente raras em solo português

6 Esta peça foi, por lapso (?), atribuída ao concelho do Fundão (*O Archeologo Português*, vol. XXIV, 1920, p. 306).

7 Neste caso, encontrado em finais do séc. XIX na zona de Moimenta da Serra,

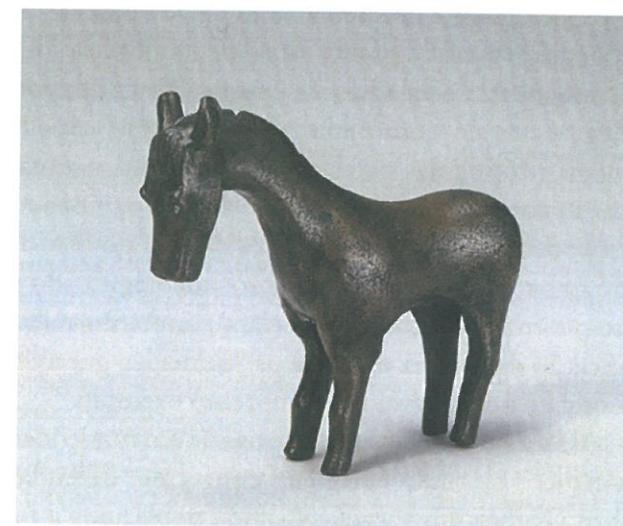


Fig. 6 — Cavalos de Crasto de Baixo (seg. Alarcão, 1993) e de Moimenta da Beira (seg. Gomes, 1997)

em solo português, e apresenta-se intencionalmente dobrada pelo fogo, expressando prática ritual de inutilização de armas.

A iconografia zoomórfica presente na “fibula de cavalinho”, que elege o cavalo como animal de prestígio, espelha uma simbologia própria das elites do Ferro Tardio, normalmente articuladas com o mundo céltico e celtibérico. Esses mesmos valores podem ser aplicados às elites do mundo ibérico, onde encontramos idêntica manipulação ideológica do cavalo enquanto símbolo de poder, de clara conotação militar e de identificação de género, e de que os “príncipes-guerreiros” do Côa, combatendo a cavalo, são supremo exemplo.

Se estas manifestações são próprias de um fundo ideológico proto-céltico ou indo-europeu, conforme defendido por Almagro Gorbea em vários trabalhos publicados a partir da década de noventa, as armas são ibéricas, como foi justamente observado por Martinho Baptista (1999: 174). E a própria representação dos cavalos sidéricos do Côa parece comportar dois estilos diferentes ou duas tradições distintas para as quais Martinho Baptista também chamou a atenção, o que se articula bem com a ideia de mestiçagem que ocupou esta última parte da nossa exposição.

Em conclusão, ao longo dos dois milénios que antecederam a instalação dos Romanos no Ocidente Peninsular, o mundo beirão incorporou distintas Beiras e, por sua vez, todas elas captaram, com distinta intensidade mas sempre de modo residual, elementos de distintos mundos, uns vizinhos, outros de afastada localização.

Coimbra, Abril de 2008

Bibliografia:

- Alarcão, J. (1993) — *Arqueologia da Serra da Estrela*. Manteigas: Instituto de Conservação da Natureza / Parque Natural da Serra da Estrela.
 Alarcão, J. (2001) — Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. vol. 4: 2, p. 293-349.

- Almagro, M. (1966) — *Las estelas decoradas del Suroeste Peninsular*. Madrid (Biblioteca Praehistorica Hispana. VIII).
 Almagro Gorbea, M. e Torres Ortiz, M. (1999) — *Las fibulas de jinete e de caballito: aproximación a las elites ecuestres y su expansión en la Hispania célica*. Zaragoza: Institución “Fernando El Católico”.
 Baptista, A. M. (1999) — *No tempo sem tempo. A arte dos caçadores paleolíticos do Vale do Côa*. Vila Nova de Foz Côa: Parque Arqueológico Vale do Côa.
 Bueno Ramirez, P.; Balbín Behrmann, R.; Barroso Bermejo, R. (2005) — Hiérarchisation et métallurgie: statues armées dans la Péninsule Ibérique. *L'Anthropologie*. 109, p. 577-640.
 Carvalho, P. S.; Gomes, L. F.; Francisco, J. P. A. (1999) — A estátua-menir do Alto da Escrita (Tabuaço, Viseu). *Estudos Pré-históricos*. Viseu: CEPBA. VII, p. 251-256.
 Celestino Pérez, S. (2001) — *Estelas de guerrero y estelas diademadas*. Barcelona: Ediciones Bellaterra.
 Coffyn, A. (1985) — *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*. Paris: Diffusion de Bocard (Centre Pierre Paris, 11. Maison Pays Ibériques, 20).
 Cruz, D. J. (2001) — *O Alto Paiva: Megalitismo, Diversidade Tumular e Práticas Rituais Durante a Pré-história Recente*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (dissertação de doutoramento, policopiada).
 Curado, F. P. (1984) — Uma nova estela do Bronze Final na Beira Alta. *Arqueologia*. Porto: GEAP, 9, p. 81-85.
 Gomes, M. V. (1995) — As Estelas Funerárias, da Idade do Bronze Final, no Centro e Sul de Portugal. In *A Idade do Bronze em Portugal*. Lisboa: SEC/IPM/MNA, p. 130.
 Gomes, M. V. (1997) — O cavalo de Moimenta da Serra (Gouvêa, Guarda). *Estudos Pré-históricos*. Viseu: CEPBA. 5, p. 155-161.
 Gomes, M. V. e Monteiro, J. P. (1976-77) — As estelas decoradas da Herdade de Pomar (Ervidel, Beja): Estudo Comparado. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. II-III, p. 281-343.
 Harrison, R. J. (2004) — *Symbols and Warriors. Images of the European Bronze Age*. Bristol: Western Academic & Specialist Press Limited.
 Kalb, P. (1978) — Senhora da Guia, Baiões. Die Ausgrabung 1977 aus einer Höhensiedlung der atlantischen Bronzezeit in Portugal. *Madridrer Mitteilungen*. Madrid. 19, p. 112-138.
 Osório, M. (2000) — Estátua-menir de A-de-Moura (Santana de Azinha, Guarda). *Estudos Pré-históricos*. Viseu: CEPBA. VIII, p. 229-236.
 Osório, M. (2005), Contributos para o estudo do I milénio a.C. no Alto Côa. In *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia*. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos, p. 35-65 [2.ªs Jornadas do Património da Beira Interior].
 Proença, F. T. (1903a) — Apontamentos sobre os vestígios archeologicos existentes em volta de Castelo Branco, começado a 20.07.1903 [manuscrito, inédito].
 Proença, F. T. (1903b) — *Antiguidades*. Coimbra: Typographia França Amado.
 Proença, F. T. (1905a) — *Notice sur deux monuments épigraphiques*. Coimbra: Typographia França Amado.
 Proença, F. T. (1905b) — Notice sur la Prehistoire de Beira-Baixa et sur deux monuments gravés trouvés en Portugal. *Congrès Préhistorique de Farnce*. Périgueux, p. 281-285.

- Proença, F. T. (1910) — *Archeologia do Districto de Castello Branco*. Leiria: Typographia Leiriense.
- Senna-Martínez, J. C. e Pedro, I. — Between myth and reality: the foundry area of Senhora da Guia de Baiões and Baiões/Santa Luzia Metallurgy. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa: Colibri, 6, p. 61-77.
- Silva, C. T. (1979) — O Castro de Baiões (S. Pedro do Sul). *Beira Alta*. Viseu. 38:3, p. 511-531.
- Valera, A. C. (2006) — *Do Neolítico Inicial ao Final da Idade do Bronze no Interior Centro de Portugal*. Tomar (col. Territórios da Pré-História em Portugal. Interior Centro. 3).
- Vilaça, R. (1995) — *Aspectos do povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze*. Lisboa: IPPAR (Trabalhos de Arqueologia. 9).
- Vilaça, R. (2000a) — Notas soltas sobre o património arqueológico do Bronze final da Beira Interior. In Ferreira, M. C. et al. cds. — *Beira Interior, História e Património*. Guarda, p. 31-49 [Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior, 1998].
- Vilaça, R. (2000b) — Registos e leituras da Pré-história Recente e da Proto-história Antiga da Beira Interior. *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto. IV, p. 161-182.
- Vilaça, R. (2004) — O monte de S. Martinho, Castelo Branco, na Idade do Bronze. In *Arqueologia: coleções de Francisco Tavares Proença Júnior*. Castelo Branco: IPM, p. 54-61.
- Vilaça, R. (2005a) — Entre Douro e Tejo, por terras do interior: o I milénio a. C. In *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia*. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos, p. 13-32 [2.ªs Jornadas do Património da Beira Interior].
- Vilaça, R. (2005b) — No rasto das estátuas-menires e estelas do mundo beirão, poster realizado no âmbito do Cinquentenário do Instituto de Arqueologia, Coimbra, Faculdade de Letras.
- Vilaça, R. (2007) — Todos os caminhos vão dar ao Ocidente: trocas e contactos no Bronze final. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 15, p. 135-154.
- Vilaça, R. (2008) — Reflexões em torno da presença mediterrânea no Centro do território português, na charneira do Bronze para o Ferro. In Celestino Pérez, S.; Rafel, N.; Armada, X.-L. cds. — *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII a.n.e): La Precolonización a debate*. Madrid. CSIC: Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma, p. 371-400 (Serie Arqueológica 11).
- Vilaça, R.; Cruz, D. J.; Santos, A. T.; Marques, J. N. (2001) — A estátua-menir de “Ataúdes” (Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda) no seu contexto regional. *Estudos Pré-históricos*. Viseu: CEPBA. 9, p. 69-82.
- Vilaça, R.; Beck, C.; Stout, E. (2002) — Provenience analysis of prehistoric amber artefacts in Portugal. *Madridrer Mitteilungen*. Madrid. 43, p. 73-99.
- Vilaça, R.; Montero Ruiz, I.; Ribeiro, C.; Silva, R.; Almeida, S. (2002-2003) — Tapada das Argolas (Capinha, Fundão): novos contributos para a sua caracterização. *Estudos Pré-históricos*. Viseu: CEPBA 10-11, p. 175-197.
- Vilaça, R.; Santos, A. T.; Marques, J. N. (2004) — O monte de S. Martinho na Idade do Bronze (76 Estátua-menir, 77 Estátua-menir, 78 Menir). In *Arqueologia: coleções de Francisco Tavares Proença Júnior*. Castelo Branco: IPM, p. 159-166.